



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0300750-1
COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE PESQUEIRA
APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
APELADO: MARIA GOMES DE SOUZA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NÃO FIRMADO - TEORIA DO RISCO PROFISSIONAL - APLICAÇÃO DO CDC - DESCONTOS INDEVIDOS - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC - APELO DESPROVIDO - SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0300750-1**, em que figuram como Apelante **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A** e como Apelada **MARIA GOMES DE SOUZA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "*Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos da Turma.*" Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0300750-1

APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADV: WILSON SALES BELCHIOR PE001259A

APELADO: MARIA GOMES DE SOUZA

ADV: JOÃO BOSCO LUIZ BEZERRA PE008653

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 18/19, julgou procedente em parte o pedido contido na exordial, condenando o BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO BMC S/A) a devolver em dobro, as parcelas indevidamente descontadas no benefício previdenciário da parte autora, com juros de 1% ao mês e correção monetária, de acordo com a TABELA ENCOGE, contados de cada um dos descontos, proferindo sentença na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios, estes últimos fixados nesta oportunidade em R\$ 678,00, pela parte requerida, que deu causa ao processo, por força do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada e, alternativamente, requer que a condenação na restituição dos valores descontados ocorra na forma simples (fls.74/85).

Razões recursais: Argumenta que sempre atua com diligência quando da realização das suas operações, tendo agido no exercício regular do seu direito, imputando à pessoa da apelada a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da falta de zelo na guarda de seus documentos. Afirma que a fraude cometida por terceiro foi por culpa exclusiva da vítima. Acerca da repetição de indébito, entende-a descabida, uma vez que alega ter agido na mais absoluta boa-fé, dentro do seu estrito dever legal

Contra-razões: Contra-razões às fls. 99/101, pugnando pela manutenção da decisão "a quo" e, conseqüentemente, a improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 13 de maio de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0300750-1

APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADV: WILSON SALES BELCHIOR PE001259A

APELADO: MARIA GOMES DE SOUZA

ADV: JOÃO BOSCO LUIZ BEZERRA PE008653

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

De plano ressalto que a relação travada entre as partes litigantes baseia-se necessariamente na **teoria do risco profissional**, segundo a qual deve a instituição financeira arcar com os ônus de seu exercício profissional, de modo a responder pelos danos causados a clientes e a terceiros, pois são decorrentes da sua prática comercial lucrativa.

Dessa forma, se a instituição financeira obtém lucros com a atividade que desenvolve, deve, de outra parte, assumir os riscos a ela inerentes (STJ, REsp 1093617/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 23/03/2009).

Por sua vez, o doutrinador AGUIAR DIAS (In "Da Responsabilidade Civil", 11ª ed, pág. 488), esclarece que a responsabilidade dos bancos tanto pode ser aferida subjetivamente, como com base no referido princípio do risco empresarial, aproximando-se do que estabelece o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, ao afirmar que:

"No caso de dano causado ao correntista do serviço bancário, a responsabilidade civil pode ser cobrada aos bancos tanto sob a invocação dos princípios subjetivos da culpa provada, como com base no princípio do risco profissional empresarial."

De fato, a partir do momento que a instituição financeira se dispõe a explorar o mercado, fica sujeita a reparar, independentemente de culpa, os danos que vier a causar aos clientes, ou a terceiros. Veja-se que a responsabilidade objetiva em virtude do risco da atividade é tendência seguida tanto no Código de Defesa do Consumidor (art. 12 e ss.) quanto no próprio Código Civil (art. 927, parágrafo único).

No que diz respeito ao ônus da prova, conforme anotam Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin e Bruno Miragem (In Comentários ao código de defesa do consumidor: arts. 1.º a 74, aspectos materiais, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 271), o ônus da prova das excludentes da responsabilidade do fornecedor de serviços, previstas no art. 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, é do fornecedor, por força do art. 12, § 3º, da legislação consumerista.

Diante de tal quadro fático, não se pode olvidar que caberia ao próprio Banco Apelante comprovar a má-fé da Apelada ao assinar o referido contrato, ou a chamada culpa de terceiro. E de tal ônus entendo não ter se desincumbido a apelante, como bem afirmado pela decisão recorrida:



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

"A parte requerida, embora apresente contestação, deixa de trazer aos autos prova da existência do negócio jurídico que poderia ter havido entre a parte autora e o demandado. A falta da prova mencionada pela parte demandada deixa definido que a parte requerente, de fato, não realizou negócio jurídico com o banco demandado, que é negligente ao permitir que terceira pessoa, mesmo que usando documentos da parte promovente realize negócio em seu nome, causando abalo no seu patrimônio."

Na peça recursal insurge-se a parte apelante contra a condenação na restituição em dobro, sob a alegação de ser imprescindível a demonstração da má-fé ao efetuar os descontos.

Pois bem, o parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor expressamente prevê a possibilidade de repetição do indébito em dobro quando houver cobrança indevida, verbis:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

No caso em análise, não há prova da regularidade do contrato de empréstimo, sendo que, consoante o teor dos documentos de fls. 09/10, constata-se que os descontos relativos à referida transação foram realizadas no pagamento do benefício do INSS percebido pela autora.

Os Tribunais pátrios têm decidido pelo cabimento da devolução em dobro do valor descontado indevidamente em benefício previdenciário, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL PASSÍVEL DE REPARAÇÃO - ELEVAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. SENTENÇA REFORMADA NESTE ASPECTO. I - CONSIDERANDO QUE A CONSUMIDORA ALEGOU QUE NÃO EFETUOU EMPRÉSTIMO JUNTO AO BANCO MERCANTIL DO BRASIL, INCUMBIA AO FORNECEDOR DO SERVIÇO COMPROVAR A CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC E ART. 6º, VIII DO CDC. II - É DEVIDA A REPARAÇÃO POR DANO MORAL, JÁ QUE HOVE A RETENÇÃO DA VERBA ALIMENTAR, TRAZENDO SOFRIMENTO E PREOCUPAÇÃO COM A SUBTRAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DA PARTE AUTORA. RECURSOS CONHECIDOS. DESPROVIDO O APELO MANEJADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PROVIDA A IRRESIGNAÇÃO AVIADA PELO CONSUMIDOR, NO TOCANTE AO VALOR DO DANOS MORAIS.

gustavo



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

DECISÃO UNANIME. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 6050/2011, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA, RELATOR, Julgado em 29/08/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE DA CONTRATAÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. 1. A instituição financeira tem responsabilidade objetiva pelos danos oriundos de fraude na contratação, que decorre do próprio risco da atividade desenvolvida no mercado de consumo, de modo que o fato de também ter sofrido prejuízo em razão do empréstimo contraído por falsário em nome do autor não tem o condão de afastar a sua responsabilidade pelo desconto indevido de quantia considerável no benefício previdenciário do demandante. 2. Hipótese em que os danos morais são in re ipsa, prescindindo de prova da sua efetiva ocorrência. 3. A indenização por dano moral deve proporcionar a justa satisfação à vítima e, em contrapartida, impor ao infrator impacto financeiro, a fim de dissuadi-lo da prática de novo ilícito, porém de modo que não signifique enriquecimento sem causa do ofendido. No caso concreto, a verba indenizatória vai mantida. 4. Caracterizado o desconto irregular de parcela de empréstimo não contratado no benefício previdenciário do consumidor, mostra-se imperiosa a condenação de sua repetição em dobro, na forma do artigo 42, § único, do CDC. **APELAÇÃO DESPROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70047410311, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mário Crespo Brum, Julgado em 22/03/2012)

DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA. DESCONTO INDEVIDO. DANO MATERIAL. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. DANO MORAL. CRITÉRIOS. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. a) A instituição financeira responsabiliza-se pela contratação de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento em nome de pessoa que não a tenha solicitado, pois incumbe a ela cientificar-se da veracidade dos documentos e informações fornecidos pelo cliente, de modo a prevenir a ocorrência de fraude. Elas não devem se limitar a receber os documentos, mas têm a obrigação de cientificar-se sobre a veracidade das informações prestadas pela pessoa que solicita o empréstimo, a fim de que se possa evitar fraudes e cobranças indevidas em nome de terceiros. b) Cabe à instituição financeira devolver ao consumidor a quantia indevidamente descontada em folha de pagamento de benefício previdenciário do INSS em dobro, nos termos do parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. c) É evidente o abalo psicológico que passa o aposentado que é surpreendido com sucessivos descontos mensais que subtraem quase 15% (quinze por cento) do seu parquinho



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

benefício previdenciário, fazendo jus, portanto, ao recebimento de indenização por dano moral. d) No que se refere ao quantum indenizatório, é assente na doutrina e na jurisprudência que a honra do cidadão deve ser compensada segundo parâmetros de proporcionalidade e razoabilidade. e) Negar provimento ao apelo principal e dar parcial provimento ao recurso adesivo, vencido o revisor. (TJMG, Apelação Cível nº 1.0479.08.150432-2/001(1), 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Sebastião Pereira de Souza, DJ 15/07/2011)

Revelada a conduta imprudente da instituição financeira ao proceder com o desconto indevido nos proventos de aposentadoria da autora/apelada, plenamente cabível a aplicação do parágrafo único, do art. 42 do CDC, supra mencionado.

Por conta dessa soma de razões, meu voto, é para **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se incólume a sentença vergastada.**

É COMO VOTO.

— Revisor, 24/07/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0300750-1

APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

APELADO: MARIA GOMES DE SOUZA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É COMO VOTO.

Recife, 22.09.2013.


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora substituta